

---

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Bíblia Sagrada*: tradução oficial da CNBB. Brasília: CNBB. 2018. 1751 + 15p. 14 x 21 cm. Ilustrações; mapas. ISBN 978-85-7972-696-2.

---

Vinte e cinco anos depois que surgiu a iniciativa de criar uma tradução bíblica católica de referência para a Igreja Católica no Brasil, surgiu, finalmente, o fruto maduro, a “tradução oficial da Bíblia Sagrada”, que “tem como base documentos bíblicos originais tomando por guia a ‘nova Vulgata’”, para que “dela sejam extraídos os textos citados nos documentos eclesiais” (Prefácio, p. 5). Continua o Prefácio: “Realçamos a finalidade, almejada desde o início e ora conquistada, de oferecer uma tradução oficial da Bíblia para a proclamação da Palavra de Deus na Liturgia, no Brasil” (*ibid.*). Na realidade, a atual edição, registrada como “primeira”, teve uma predecessora, publicada em 2001, como texto bíblico integral, porém, “de caráter experimental” (p. 7), e que recebeu muitas reimpressões, as quais, segundo a praxe antiga, eram chamadas de edições. A confusão causada por essa prática antiga agora terminou, pois doravante só será chamada de nova edição aquela que incluir inovações ou modificações substanciais e não apenas correções ortográficas. A obra de revisão e parcial nova tradução que resultou na atual “tradução oficial” iniciou em 2007 e teve como revisores/tradutores permanentes os exegetas Luís Henrique Eloy e Silva (coordenador), † Ney Brasil Pereira e Johan Konings (que providenciou também as introduções e as notas), secundados para textos específicos por Cássio Murilo Dias, Maria de Lourdes Lima e Paulo Jackson Nóbrega de Souza.

A avaliação da presente edição não se deve guiar pela comparação com a edição anterior (a qualidade superior é evidente) ou com outras traduções, de outra época (como a já grisalha Bíblia de Jerusalém) ou finalidade (como a Tradução Ecumênica da Bíblia ou a Bíblia Pastoral), mas pelos critérios próprios adotados e declarados para esta tradução. É uma tradução eclesial da Igreja Católica, feita em conformidade com a tradução oficial para todas as igrejas de rito latino, a Nova Vulgata, preparada em decorrência do Concílio Vaticano II. Esta não é, como às vezes se pensa, apenas uma correção literária da antiga Vulgata de São Jerônimo, mas uma nova tradução, que toma por modelo o estilo e a abrangência textual da Vulgata, mas introduz centenas de modificações, com base no progresso do conhecimento documental e exegetico. É verda-

de que a Nova Vulgata foi recebida com reservas nos meios acadêmicos, inclusive em Roma, porque a Nova Vulgata não vale como documento das origens da Bíblia, como são os manuscritos antigos em hebraico (texto pré-massorético, massorético, Qumrã) ou em tradução (grega, egípcia, siríaca, itálica), mas “apenas” como tradução latina moderna de nível científico (o que não é pouca coisa). Por isso, sempre segundo as orientações do Papa Pio XII e do Concílio Vaticano II, a tradução foi elaborada sobre os textos dos documentos antigos: o texto massorético da Bíblia Hebraica, a Septuaginta grega e os textos gregos do Novo Testamento. A fidelidade aos originais obrigou os revisores/tradutores algumas vezes a atualizar, inclusive, algumas opções adotadas pela Nova Vulgata, o que vem devidamente anotado em nota, para que o usuário sempre fique avisado e, se necessário, faça a conferência com o texto da Nova Vulgata, texto oficial da Igreja Católica de rito latino.

O estilo desta tradução procura ser simples, como aconselha o uso na Liturgia e, conseqüentemente, também na catequese (na qual, naturalmente, não deve ser excluído o uso auxiliar de outras traduções). É um texto para entrar com facilidade no ouvido e repousar no coração. Apesar da prevalência, no uso coloquial, de *você/vocês* para a segunda pessoa, a presente tradução mantém a forma tradicional *tu/vós*, por ser mais direta e menos ambígua nos pronomes possessivos e nos complementos do verbo.

Quanto à dinamicidade semântica, constata-se que ela respeita, na medida do possível, a estrutura fraseológica dos textos originais, mas isso não enfraqueça a capacidade de transposição do sentido para o público atual. Aliás, essa questão é muito relativa e depende do mundo linguístico do ambiente ao qual o texto se destina. O destinatário não é apenas o leitor individual, mas, antes disso, a comunidade litúrgica. Muitas expressões que para uma pessoa sem tradição cristã seriam incompreensíveis são bem acessíveis para quem participa da liturgia e da catequese católica ou cristã em geral. Esta tradução faz também questão de conservar os principais ecos da tradição pós-bíblica patrística e litúrgica. Mais importante que o caráter tradicional ou “moderno” das expressões é que se faça perceber o campo semântico exato.

Estas observações têm a ver com aquilo que se pretende fazer com a Bíblia. Quando usada num contexto de primeiro anúncio, uma tradução “de hoje” pode ser mais útil que uma tradução concebida em função da tradição litúrgica, que traz consigo toda uma cultura de espiritualidade cristã. Só isso já justifica a existência de diversas traduções no mesmo ambiente. No meio disso, a nova tradução oficial da CNBB pode servir de tradução de referência, por causa de sua cuidadosa fidelidade ao texto original e por causa da chancela do episcopado. Para acompanhar a recepção, manter o diálogo com outros setores da pastoral e preparar as atualizações que no

futuro se revelarem necessárias foi nomeado um comitê científico de seis pessoas, entre bispos e professores.

O conteúdo é constituído pelos livros do cânon católico conforme definido pelo Concílio de Trento (Denzinger-Hünemann, n. 1502-1503). Inclui, portanto, os livros deuterocanônicos que a tradição protestante desde o século XVI colocou num apêndice (chamando-os de apócrifos) e finalmente excluiu das edições destinadas ao grande público. Por razões de clareza o nome do Eclesiástico foi substituído pelo de Sirácida, como vem acontecendo em muitas outras traduções católicas, por exemplo, a do episcopado italiano.

Levando em consideração a frequente presença conjunta de cristãos católicos e não católicos na vida familiar ou em encontros de estudo e/ou de oração, houve especial atenção para manter certa proximidade com a clássica tradução de João Ferreira de Almeida, que prevalece no âmbito protestante. Também foi mantida, como já na versão anterior, a dupla numeração de versículos onde há divergências entre a tradição editorial católica e a protestante. (Problema semelhante teve de ser enfrentado em relação à antiga Vulgata, sobretudo nos livros deuterocanônicos Tobias e Sirácida.)

O proêmio destaca ainda que “o valor pastoral desta tradução consiste em seu cuidado científico, em sua adequação ao uso litúrgico e em sua preocupação com a compreensão exata dos termos” (p. 7). Esta observação supera a suposta oposição entre ciência e pastoral. O serviço científico da elaboração de uma tradução confiável é um serviço pastoral, e o uso de um texto confiável é também pastoral: faz parte do guiar com cuidado o rebanho.

No que concerne ao valor científico considere-se a riqueza das introduções e notas, que fazem desta tradução uma verdadeira bíblia de estudo, permitindo que se estude sobre o mesmo texto que é usado na liturgia e na catequese, à diferença do que está acontecendo hoje. As notas contêm, para cada perícopa, uma breve chave de leitura, seguida das questões particulares de crítica textual, histórica, literária ou conteudista, deixando ao leitor a responsabilidade de aprofundar sua pesquisa, se assim o desejar, em obras mais elaboradas. Os paralelos dos textos bíblicos, para não comprometer o volume e o preço, foram inseridos dentro das notas de rodapé. O livro dos Salmos, porém, para facilitar a oração, foi diagramado com maior generosidade; neste livro, cada estíquio ocupa uma linha própria, sem quebra, e as notas ladeiam os versículos numa coluna paralela. Semelhante disposição poderia ser adotada, futuramente, para uma “editio maior” da Bíblia inteira.

O material didático contém as introduções às diversas partes maiores da Bíblia e as introduções a cada livro em particular. Estas apresentam, pri-

meiro, a situação histórica e as grandes linhas do conteúdo, com a ajuda de esquemas bastante práticos, e em seguida alguns destaques especiais referentes ao conteúdo e sua atualidade. Em alguns lugares aparecem esquemas especiais, como, por exemplo, a cronologia dos reis de Israel e Judá nas p. 332-333.

No fim do volume encontram-se os apêndices, contendo o glossário, o elenco das leituras litúrgicas e as ilustrações e mapas. A primeira das ilustrações é o esquema cronológico-literário chamado o “Nascimento da Bíblia”, que relaciona as matérias da narrativa bíblica com os momentos de compilação e redação literária. As últimas páginas trazem os mapas no desenho artístico de Henrique Matos.

*Johan Konings, SJ*

---

ACHONDO MOYA, Pedro Pablo. *Desde el abismo clamo a ti Señor. Dios, el sufrimiento y lo que podemos hacer*. Santiago de Chile: San Pablo, 2017, 126 p. ISBN: 978-956-256-573-8.

---

Pedro Pablo Achondo Moya é padre da congregação dos Sagrados Corações. Licenciado em Filosofia pelo Centro Sèvres, em Paris; bacharel em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) e Mestre em Teologia Moral e Prática, pelo Centro Sèvres em Paris. É coordenador da obra “Si estos callan las piedras gritarán. Ensayos de teología práctica interdisciplinar”. De sua autoria nesta obra temos: “La insignificancia de la muerte (y los muertos) y sus posibilidades olvidadas”.

O objetivo do autor é ajudar-nos a abordar o tema do sofrimento; a compreender o nosso próprio sofrimento e o dos outros; lembrar-nos de que nosso Deus sofreu na sua própria carne e transfigurou suas feridas (p. 13). Dois teólogos se destacam em suas fontes: Lytta Basset (suíça, leiga, protestante) e Xavier Thévenot (padre salesiano e professor).

O texto está estruturado em três grandes partes. Na primeira, o autor analisa o modo como nossa cultura ocidental lida com o sofrimento. É preciso dar conta da pluralidade dos sofrimentos e da sensação de caos que eles causam. Nossa sociedade tem muita dificuldade de lidar com este tema. Por isso, ele é escondido, não tematizado. À medida que nossas sociedades procuram negar o sofrimento, acabam por negar a própria finitude humana.

Desta forma, o tema do sofrimento desmascara nossa própria visão de ser humano e consequentemente nos faz repensar nossa visão de Deus. Por trás de tal atitude de negação, esconde-se o perigo da sede de onipotência que se encontra na compreensão de nossas sociedades atuais e em nossos discursos teológicos. Mas, frente ao sofrimento, nossos discursos teológicos encontram um limite. Muitas vezes resta-nos, apenas, o silêncio.

Mais importante que buscarmos conceitos para explicar o sofrimento, é a atitude de fazer-se próximo aos que sofrem. Nesta aproximação, podemos fazer uma nova experiência de Deus. “É no sofrimento que a pergunta sobre Deus se realiza da forma mais aguda e radical possível. Deixa de ser uma pergunta individual ou pessoal e se torna uma questão universal e coletiva” (p. 27).

Esta primeira parte termina com uma provocação ao nosso fazer teológico. O encontro com o sofrimento e com os sofredores exige um novo olhar. Nossa sociedade, e, também a teologia, correm o risco de esquecer as vítimas; esquecer os que padecem. A história é contada pelos vencedores (p. 29). Daí a memória tornar-se um conceito fundamental para a teologia. Aportando-se a Johann Baptist Metz, o autor alerta que tão presente no judaísmo, a memória foi esquecida no cristianismo. Como consequência, temos uma ênfase na dimensão pessoal da vida cristã em detrimento da dimensão comunitária (p. 31). Precisamos resgatar um “dever de memória” que não nos deixe esquecer os sofrimentos passados, a fim de entendermos os sofrimentos atuais. Nesta perspectiva, o esquecimento se torna um ato de injustiça.

Na segunda parte, Achondo Moya apresenta alguns conceitos teológicos que iluminam nosso modo de sentir e pensar o sofrimento, conduzindo-nos a uma ética que brota da relação com os sofredores. Estas categorias são: a *alteridade*, o *tempo*, a *impotência* e o *sentido*.

Importa, antes de tudo, tomar consciência da importância da relação enquanto constitutiva do ser humano. Somos seres relacionais. Teologicamente podemos entender a Aliança e o pecado como fidelidade ou ruptura da nossa relação com Deus e com os irmãos. Ser discípulo de Jesus é, precisamente, “entrar em relação com ele e criar um vínculo que outorga repouso e luz ao homem” (p. 38). O tema do sofrimento, então, precisa ser encarado nesta perspectiva relacional. É importante dar-se conta do vínculo que se cria (ou não), com os que sofrem.

Essa relação pode se dar a nível interpessoal (eu e tu), mas também em uma perspectiva coletiva e social. A presença do outro (um indivíduo, a família, a comunidade etc) é fundamental para enfrentarmos o mal. A presença do outro me possibilita ver que o sofrimento é real e nos mobiliza para o enfrentarmos juntos.

A categoria do tempo é a que aparece mais desenvolvida, não sem risco de repetições, quase inevitáveis, quando enveredamos por essa estrada. Mas o autor nos oferece reflexões muito valiosas. Lembra-nos, entre outras coisas, que a percepção do tempo não é a mesma quando estamos sofrendo. Um segundo parece uma eternidade quando se sente dor. Parece que o sofrimento nunca vai passar. Lytta Basset dirá que o tempo dos sofredores “não tem nada a ver com o tempo do calendário nem com o tempo dos outros” (p. 41). Ele tem que vivenciá-lo sozinho.

Mas é importante lembrar que nem mesmo o sofrimento é eterno. Ele faz parte da temporalidade. No extremo, ele deixará de existir com a morte. Esta se configura como uma das maiores formas de sofrimento. Importante perceber que a morte não é muda, ela tem uma mensagem para todos nós. Frente ao sofrimento temos uma possibilidade de rever todas as nossas relações (consigo mesmo, com o outro, com Deus). É nesta perspectiva que devemos vivenciar o luto. É uma oportunidade de rever nossa relação com nossos mortos. Precisamos encontrar um equilíbrio de forma que não esqueçamos nossos falecidos, mas que também não sejamos “devorados” pela morte deles. Esse trabalho que cada um deve empreender é um verdadeiro *mistério pascal*. Passar da morte à vida. Ainda ligado ao tempo, precisamos lembrar da *memória das vítimas* e da importância da *palavra dos que sofrem*.

O tema do sofrimento nos interpela a aceitarmos nossa impotência. Muitas vezes nos sentimos assim diante da miséria, da injustiça, da fome etc. Embora possamos sempre fazer algo, ainda que muito pouco, damos-nos conta de que não somos onipotentes. Mas, e Deus? O sofrimento também levanta a pergunta sobre a onipotência divina.

Para que a potência de Deus possa se manifestar, o sofredor precisa passar pelo trabalho de aceitar sua própria impotência. Somente “o assumir a própria impotência nos prepara para *esperar tudo* em Deus, para abrir-nos completamente a essa novidade que pode vir da parte dele e não tanto daquilo que desejamos ou exigimos” (p. 70). Nossa relação com os sofredores nos torna conscientes de nossa impotência. Aprendemos que podemos fazer/dizer pouco ou quase nada diante do sofrimento e da dor. Mas, mesmo assim, somos convidados a *estar-aí, estar-com, sofrer-com*.

A última categoria dessa parte é o sentido. O sofrimento tem algum sentido? Para o autor, a busca de um sentido vem depois da experiência. Em si mesmo ele não tem sentido. Mas o “não sentido” conduz o ser humano ao desespero e à morte. Não podemos compreender o sentido como um “a priori”, ele deve ser buscado. Nesta tarefa há de se evitar algumas tentações como a autoacusação, a autojustificação e a autoidentificação. O autor mais uma vez recorre a Lytta Basset para sugerir que o sentido

“começa a vir através dos vínculos que permanecem durante a noite da angústia. O sofrimento nos isola, nos ensurdece, nos deixa ab-surdos, mas os outros mantêm nossa porta aberta” (p. 87).

Na terceira e última parte, Achondo Moya apresenta a importância destes mesmos princípios para a efetivação de uma ética teológica capaz de nos inspirar a uma nova visão e nova vivência em relação ao sofrimento, tanto próprio quanto o do outro. Cientes da importância da alteridade, a exigência ética que surge é a de fazer-nos próximos.

A partir da parábola do Bom Samaritano o autor vai destacar alguns elementos. Lembra, por exemplo, que a relação com os sofredores é assimétrica. Devemos respeitar a alteridade da pessoa que sofre. Não nos comportarmos como “salvadores”. Na parábola, o ferido está totalmente à mercê da ajuda de outro. A dificuldade é como ajudar quando o doente se fecha em si mesmo, atitude tão frequente quando sofremos.

O outro pode ser a voz que nos convida a sair do isolamento próprio do sofrimento. Na “ressurreição de Lázaro”, Jesus o chama: “Lázaro, vem para fora” (Jo 11,43). Mas a decisão de sair ou não, continua de Lázaro. Outro que se fez próximo no sofrimento foi o Cirineu (Mt 27,32). No momento em que ele ajuda Jesus a carregar a cruz, uma nova relação transformadora acontece. Não importa tanto se ajudamos ou somos ajudados, o que conta é o novo vínculo que se estabelece entre duas alteridades.

O vínculo com os sofredores faz brotar a cólera. Esta pode se manifestar como cólera da pessoa que sofre, da pessoa que se faz próximo aos sofredores e a cólera contra as causas daquilo que causa o sofrimento. A cólera poderá fazer brotar a compaixão, o *sofrer-com*. O sofrer-com, por sua vez, impele para a busca da *justiça*, para a superação do sofrimento. “Fazer justiça para os sofredores é, antes de tudo, estar-aí, estar-com; enfim, ser compassivos. *Estar-aí*, permanecer, acompanhar, já é um ato ético” (p. 108).

A última categoria ética apresentada pelo autor é o dever de memória. Ele destaca a íntima relação entre a memória e a compaixão. É esta última que não nos deixa esquecer as vítimas do sofrimento. O dever de memória, então, clama para que busquemos as causas dos sofrimentos; relembra-nos que estes possuem uma dimensão histórica. Por isso mesmo, o dever de memória se apresenta com um grande potencial ético para a política moderna. Segundo o autor, esta categoria “consiste, então, em repensar a verdade e a política a partir do sofrimento das vítimas. Trata-se de assumir que sem fazer memória das injustiças não haverá justiça possível” (p. 117).

Com um estilo simples, mas com muita densidade filosófico-teológica, Achondo Moya dá uma excelente contribuição para a ética teológica

latino-americana. Sua abordagem nos ajuda a nos aproximar do tema do sofrimento a partir do intrincado mundo das relações humanas. É aí, no encontro com o outro que sofre, que somos desafiados a nos deixar surpreender pela presença de Deus e pelo que esta presença nos interpela. Somente na relação com os outros e com o Outro, é que podemos ainda dar um sentido aos sofrimentos que passamos na vida.

*Moésio Pereira de Souza*